

Alunos ameaçam greve se decreto não for revogado

Os protestos contra o decreto federal que liberou as mensalidades escolares e que vem provocando aumentos insuportáveis, a cada prestação ameaçam parar a cidade. A revolta dos estudantes começou localizada, numa e noutra escola, e agora já reúne milhares de alunos de vários colégios e faculdades, de Ipanema a Cascadura. Organizados pela UNE e a AMES (Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas) e contando com a adesão de escolas do primeiro grau, eles dão prazo até o dia 21 para o governo revogar o decreto, caso contrário irão à greve geral.

Ontem, estudantes de 14 colégios, três faculdades e uma universidade realizaram manifestações e passeatas em Ipanema, Botafogo, Laranjeiras, Catete, Tijuca, Avenida Suburbana e Centro da cidade. Tumultuaram o trânsito, invadiram uma estação do metrô, mas despertaram a simpatia da população, que batia panelas, aplaudia e jogava papel picado do alto dos edifícios, enquanto motoristas os saudavam com as buzinas.

No dia 12, diretores de 10 DCEs de todo o país, entre os quais três do Rio (PUC, Santa Úrsula e Estácio de Sá) reúnem-se com o ministro da Educação, Hugo Napoleão, para discutir o problema. Até lá, muitas manifestações estão programadas.

O Ministro da Educação, Hugo Napoleão, poderá pedir ao Ministério da Fazenda a revogação do Decreto 95.720, que instituiu a liberdade vigiada para as mensalidades escolares, por estar havendo "muita liberdade e pouca vigilância". Admitiu iniciar punições, antes mesmo da revogação do decreto, diante dos aumen-

tos abusivos e exorbitantes. Para o ministro, quer por enquanto está "fazendo um apelo" para que os excessos e abusos não se perpetuem, é injusto o reajuste das mensalidades acima do índice de inflação.

"Preço de escola não é preço de automóvel, por exemplo, para ficar com liberdade vigiada", acredita Hugo Napoleão, que explicou que, apesar de ser competência do Ministério da Fazenda a fixação das anuidades, são consideradas preços. Com relação à composição dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE), integrado por maioria de proprietários de colégios, Napoleão defende, como "uma boa idéia", a proposta da Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio (Apaerj) de participar, com as demais entidades representativas de alunos e funcionários, da indicação dos membros dos Conselhos.

Pressionado por denúncias sobre irregularidades cometidas em diversos colégios particulares, o vice-presidente do CEE (Conselho Estadual de Educação), professor Ernesto Sousa Freire Filho, prometeu que ainda ontem, depois de ouvir seus conselheiros, seria criada uma comissão especial para acompanhar todos os casos que chegaram ou venham a chegar ao seu conhecimento.

Observou, no entanto, que o órgão a que na prática ele preside tem "limites" e não tem como revogar o Decreto 95.720 que o presidente da República, José Sarney, assinou no mês de fevereiro. Mas afirmou que todas as irregularidades que forem constatadas nas escolas e colégios particulares serão objeto de exame, podendo ser punidas com "severas advertências ou mesmo com a cassação do registro da entidade mantenedora".